



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
COLÉGIO DE DIRIGENTES  
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES  
27 3357-7500 – ramal 1070

## **Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes 6 de julho de 2018**

No dia seis de julho de dois mil e dezoito, reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às nove horas, na Fábrica de Ideias, sob presidência do Reitor Jadir José Pela, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, sr. Lezi José Ferreira; da Pró-reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Pedro Leite Barbieri; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Adriana Piontkovsky Barcellos; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Luciano de Oliveira Toledo; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Planejamento, sr. Marcelo Teboldi Machado; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Johnathan Dezan Vago; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sr. Wallace Cassaro; da Diretoria Executiva, sra. Danielli Veiga Carneiro Sondermann; do campus Aracruz, sr. Leandro Bitti Santa Anna; do campus Cachoeiro do Itapemirim, sr. Antônio Luiz Pinheiro; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb Faria; do campus Centro Serrano, sr. Wagner Poltroniere Entringer; do campus Guarapari, sr. Gibson Dall'Orto Muniz da Silva; do campus Ibatiba, sr. Eglon Rhuan Salazar Guimarães; do campus Linhares, sra. Sandra Mara Mendes da Silva Bassani; do campus Montanha, sr. Waylson Zancanella; do campus Nova Venécia, sr. Anderson Rozeno Bozzetti Batista; do campus Piúma, sr. Marcelo Fanttini Polese; do Polo de Inovação Vitória, sr. Marcelo Lucas Pereira Machado; do campus Santa Teresa, sra. Walkyria Barcelos Sperandio; do campus São Mateus, sr. Aloísio Ramos da Paixão; do campus Serra, sr. Gilmar Vassoller; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sr. Diemerson Saqueto; do campus Vitória, sr. Hudson Luiz Côgo. O Presidente abre a reunião, cumprimenta os presentes, a seguir faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Publicações Diário Oficial – oneração do custeio dos campi; 3. Apresentação da Comissão responsável pela estruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no Ifes; 4. Apreciação da oferta do CT em Agricultura integrado ao ensino médio campus Centro Serrano; 5. Apreciação da oferta do CT em Multimeios didáticos concomitante ao ensino médio campus Cefor; 6. Informações sobre cursos técnicos; 7. Apreciação do Regimento Interno do Polo de Inovação Vitória; 8. Avaliação/aprovação da proposta de alteração na metodologia de distribuição dos recursos de assistência estudantil dos campi localizados nas regiões metropolitanas.** O Presidente solicita o empenho de todos, diante da pauta extensa, para que a reunião possa se encerrar às 12 horas. A pró-reitora Adriana solicita que o **item 6** seja retirado de pauta visto que esse assunto pode ser discutido no Fórum de Diretores-gerais. O dirigente Gibson solicita que o **item 8** seja, primeiramente, apreciado pelo Fórum de Diretores-gerais para depois ser tratado no Colégio de Dirigentes. O Colégio de Dirigentes concorda com as solicitações e assim, os **itens 6 e 8** são retirados de pauta. O Presidente abre o **item 1** e passa a palavra para a chefe da Assessoria de Comunicação Social, servidora Lara, que relata o recebimento de um ofício do Conif sobre o

posicionamento institucional durante o processo eleitoral, cujo conteúdo já foi exposto aos líderes de comunicação dos campi, destacando que a cautela do Conif na elaboração do documento se deve ao contexto atual, visto a possibilidade de haver um período eleitoral conturbado. Relata que, apesar das diversas manifestações políticas nas redes sociais, ainda não se verificou *haters* nas redes sociais do Ifes, acrescentando que esse fato é tranquilizador, pois que há insitutos federais que tiveram que cancelar suas redes sociais por causa da ação dos *haters*. Declara que o ofício especifica quais tipos de comunicação institucional poderão ser realizadas durante o período eleitoral, enfatizando que por isso, a ACS realizou uma série de adaptações em suas atividades, inclusive no atendimento, destacando que é uma questão de responsabilidade, visto que as ações seguem orientação de vários documentos, desde a legislação eleitoral até normatizações da Secom. Solicita atenção às manifestações institucionais e, em caso de dúvidas, a procuradoria poderá ser acionada, pois, além dessa ação ser especificada no ofício, a ACS não tem competência técnica para se posicionar a respeito de uma possível ilegalidade. No entanto, enfatiza que a ACS irá orientar todos os campi nos limites das normativas que regem o comportamento institucional da rede federal. Reconhece o enorme trabalho envolvido na organização de um evento e que, diante da possibilidade de não poder divulgá-lo, deve-se avaliar, cuidadosamente, os benefícios para sua realização, destacando que a ACS sugere que não sejam realizadas divulgações institucionais nesse período. O dirigente Gibson questiona se o programa de visita das escolas de ensino médio no campus Guarapari será afetado pelas proibições contidas no ofício do Conif. A servidora Lara relata que a visita de uma escola pública é caracterizada como uma publicidade institucional, sendo assim permitida, no entanto, esclarece que o campus não pode apresentar os cursos que são ofertados, pois esse tipo de publicidade é proibida. O dirigente Carnielli relata que as situações devem ser avaliadas cuidadosamente, destacando que alguns programas não poderão ser realizados nem concursos públicos para egressos. A servidora Lara responde que tudo depende do que se caracteriza ou não como publicidade institucional, desta forma, se a realização de um determinado serviço pode ser assim caracterizado, ele pode sim ser realizado. A servidora Erica relata que o prudente é não se realizar eventos, mas que, diante a impossibilidade de cancelamento e na dúvida sobre sua legalidade, a procuradoria deve ser provocada, enfatizando que é muito complicado se posicionar sem compreender todas as implicações. A servidora Beatriz exemplifica situações que são caracterizadas como publicações de promoção institucional e àquelas que são reconhecidas como oferta de serviços. O Presidente destaca que o assunto foi tratado na reunião do Conif, enfatizando que as normativas limitam, consideravelmente, o trabalho da ACS e, conseqüentemente, de toda a instituição. Declara que a assessora processual, profa. Layla, e o procurador, senhor Estevão, já estão cientes da situação e se prontificaram a orientar as ações institucionais diante dessas proibições. Destaca que o processo seletivo é propaganda legal, no entanto, relata que mesmo assim, buscando um maior respaldo, o Ifes irá fazer uma consulta formal ao Tribunal Eleitoral. Informa que a Reditec será realizada normalmente, mas que, devido as proibições de publicidade, a página institucional do evento e suas redes sociais não serão atualizadas, destacando que essa proibição não alcança os participantes que poderão fazer menção ao evento em suas redes pessoais. Relata que, pelo mesmo motivo da Reditec, o Jifes não pode ser publicizado. O dirigente Eglon relata que há uma série de eventos programados para o campus Ibatiba no mês de outubro, acrescentando que há necessidade de publicizá-los para a submissão de trabalhos. A servidora Lara esclarece que, nesse caso, pode-se publicar o edital, visto que é um serviço que será oferecido à sociedade. O dirigente Eglon acrescenta que, além do edital, tem os parceiros, principalmente a prefeitura, no evento Ifest, destacando que, ano passado, o custo para o Ifes foi zero. A servidora Érica relata que as restrições dificultam o patrocínio,

pois não se pode oferecer a contrapartida, nesse caso, a divulgação da marca do patrocinador. O Presidente destaca que essa situação é muito complicada, exemplificando que a aula inaugural do Prof-Ept será realizada, mas não pode ser divulgada. O diretor Marcelo Teboldi relata que, em decorrência das restrições, o calendário do planejamento estratégico integrado ao PDI terá alguns ajustes. O pró-reitor Renato Tannure questiona se a participação do Ifes na Feiragrícola, com estande institucional, será prejudicada pelas restrições de publicidade. A servidora Lara esclarece que não pode ser realizada. O pró-reitor Renato Tannure informa que uma equipe do Ifes será patrocinada pelo Sicoob e que haverá divulgação por meio de conteúdos institucionais, cujo objetivo é salientar o produtor rural. A servidora Lara relata que, nesse caso, deve-se avaliar essa situação, pois é um evento pelo qual é oferecido um serviço. O dirigente Marcelo Polese relata que, nesse ano, haverá a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, e que o campus Piúma vai tentar angariar recursos por meio de fontes de fomento para realizar seu evento local. Destaca que o Integra Ifes foi adiado para 2019, e manifesta sua preocupação sobre a conveniência de se realizar o evento, alterar sua data e até mesmo cancelá-lo, por causa das restrições. A servidora Lara argumenta que a vinculação à imagem do patrocinador, que é a contrapartida para o patrocínio institucional, que não ser oferecida nesse período. A servidora Érica lê as permissões para os eventos, explicando-as aos dirigentes. O Presidente destaca que é terminantemente proibido um candidato se promover em eventos institucionais, enfatizando que é possível que o evento com relação à Semana de Ciência e Tecnologia seja permitido, mas solicita que o dirigente encaminhe solicitação de parecer à procuradoria. A servidora Lara coloca-se, junto com a equipe da ACS, para os devidos esclarecimentos, destacando que tais respostas estarão embasadas nas normativas expostas no ofício do Conif. A servidora Érica relata que há alguns meses apresentou o projeto do Integra Ifes aos dirigentes, mas que, em função da publicação do ofício, a comissão central, ao avaliar a conveniência em manter o evento, visto que ele aconteceria entre o primeiro e o segundo turno, decidiu adiá-lo para maio de 2019. Explica que as restrições do ofício impedem que o evento tenha o caráter de integração a que se propõe, destacando que, com a prorrogação, haverá mais tempo para o planejamento e para ouvir a comunidade. Ressalta que a jornada de integração, que também vai englobar arte e cultura, sendo mais complexa que as anteriores, será realizada entre os dias 5 e 7 de novembro, explicando que a manutenção do evento se deve à necessidade de que os trabalhos de pesquisa e extensão aconteçam no mesmo ano, destacando que, intencionalmente, a data é posterior ao período eleitoral. Aproveita para divulgar três chamadas de trabalhos, isto é, chamada para voluntário, chamada para apresentação de trabalhos de arte e cultura, chamada para experiência de ensino, que serão publicadas hoje mesmo, mas que, por não estarem em destaque no site, solicita que aos presentes que auxiliem na divulgação. O Presidente abre o **item 2** e passa a palavra para a dirigente Sandra que relata que as publicações oficiais tornam-se muito caras pela obrigatoriedade de se publicar na íntegra o edital, ressaltando que, antigamente, era mais barato vide a exigência de se publicar somente o extrato. Relata que se paga o absurdo de 12 mil reais para um processo seletivo e não raro há casos em que o valor pago chega a 25 mil reais, enfatizando que esse montante inviabiliza a contratação de professor substituto, uma vez que o recurso é retirado do custeio do campus. O diretor Pedro Leite esclarece que a legislação exige a publicação integral, destacando os riscos em se publicar o extrato em prol do aspecto econômico. A dirigente Walkyria relata que a exigência de tradução em Libras é mais um componente que onera o processo. O diretor Pedro Leite esclarece que, no caso de Libras, somente é necessário a publicação do link em que se encontra a tradução. A dirigente Sandra argumenta que, se há essa possibilidade para libras, é possível fazer uma provocação, uma movimentação, tendo como dados os custos dos últimos processos seletivos, para que apenas o extrato

seja publicado. O diretor Marcelo Teboldi relata o esforço realizado para publicação de editais multicampi, ou seja, publicar um edital para atender muitos campi, destacando que essa foi a decisão da gestão passada para minimizar os custos com a publicação de editais. A dirigente Sandra argumenta que essa ação não contempla os casos esporádicos. O Presidente solicita que a dirigente Sandra provoque, formalmente, o Reitor para que essa questão seja debatida no Conif. O dirigente Carnielli solicita que a dirigente Sandra encaminhe a ele a provocação para que ela seja formalizada ao Reitor pelo Fórum de Diretores-gerais. O Presidente abre o **item 3** e passa a palavra para a servidora Karina que, após cumprimentar os presentes, declara que apresentará uma proposta para a estruturação institucional do Pnae. Apresenta a comissão responsável por elaborar a proposta, contextualizando o movimento nacional de estruturação do Pnae e, a seguir, apresenta o embasamento legal. Relata que, em 2009, os alunos do ensino médio foram incluídos no programa, destacando que 30% do recurso deve ser destinado para a compra de produtos oriundos da agricultura familiar. Enfatiza que as escolas federais são responsáveis pela execução do Pnae, ou seja, pela oferta de alimentação nos 200 dias letivos anuais. Apresenta os objetivos e diretrizes do Pnae, destacando seus usuários, isto é, os alunos da educação básica da rede federal, municipal, estadual e distrital. Expõe as formas de execução financeira, cujo repasse ocorre trimestralmente, destacando os valores reajustados em agosto de 2017, ou seja, alunos do ensino médio, R\$ 0,36; Proeja, R\$ 0,32; tempo integral, R\$ 1,07; e alunos de contraturno, R\$ 0,53. Exemplifica como é feita a transferência de recursos, destacando que o FNDE repassa automaticamente o montante, sendo obrigatório a execução do programa, e explica o cálculo do valor final que varia de acordo com a modalidade. Destaca que os recursos financeiros devem ser utilizados apenas para compra de gêneros alimentícios e que devem obedecer a um cardápio elaborado por uma nutricionista. Apresenta a proposta de implantação do Pnae no Ifes, pela qual cada campus deveria ter um nutricionista, no entanto, esclarece que nesse momento, a presença desse profissional não é obrigatória, por isso, o suporte técnico para os campi será feito pela Proen. Relata que o suporte consiste em auxiliar na elaboração de contratos de cantina, na aquisição de lanche de pequeno empreender rural (suco, bolo, biscoito); na distribuição e controle, destacando que há institutos em os servidores colaboram com essa tarefa. Enfatiza que, cada caso será analisado a partir da formação de uma comissão local de cada campus, e junto com a comissão do Pnae e a assessoria de assuntos estudantis, definirão a melhor maneira de implementar o Pnae. O servidor Sival relata que participa de um GT que há tempos luta para a implementação do Pnae, destacando que há uma demanda jurídica pela não utilização do recurso, a partir de ação civil pública impetrada ao IFRJ, ressaltando os principais pontos da ação. O pró-reitor Lezi argumenta que o valor disponibilizado pelo Pnae é insuficiente para atender as demandas nutricionais exigidas pela legislação, e por isso, seria necessário a complementação com o custeio, assim, diante desse impasse, os institutos argumentaram que não havia recurso suficiente. O servidor Sival destaca que o recurso deve ser usado, independente do descumprimento da exigência nutricional, exemplificando que há instituto federal que está oferecendo frutas aos alunos. O pró-reitor Lezi explica que o recurso do Pnae chegou de repente, no mês de março de 2010, foram repassados 150 mil reais para Alegre, Santa Teresa e Itapina, e o restante dividido entre os demais campi. Declara que a questão judicial teve início a partir de uma denúncia de Linhares, alegando que o campus Santa Teresa oferecia refeição e o campus Linhares não. A partir disso, o Ifes justificou que o recurso não era utilizado porque não era suficiente para ofertar o tipo de refeição exigida pela legislação, destacando que essa justificativa foi aceita pelo promotor do caso. O servidor Sival informa que o Ifsulde Minas utiliza todo o recurso, manifestando sua compreensão de que alguns campi terão dificuldade em utilizar o recurso, e nesse caso, sugere que o recurso seja repassado para outros.

O dirigente Wagner relata que essa política não foi criada tendo em vista a estrutura dos institutos federais, explicando que em uma visita à Sedu, foi verificado que o modelo de contratação é diferenciada, pois dividem o estado em 4 regiões, garantindo assim, um maior poder de compra. Destaca que não entende como o Ifsuldeminas consegue oferecer refeições em todos seus campi, e enfatiza que é possível utilizar o recurso, no entanto, as exigências nutricionais não serão atendidas. A servidora Wania Gomes Colodetti explica que a denúncia a que se referiu o pró-reitor Lezi teve como denunciante a mãe de um aluno do campus Linhares, pormenorizando os acontecimentos e destacando que a reitoria alegou, judicialmente, que a educação tecnológica não é educação básica. Informa que o Pnae não está sendo realizado em nenhum campus do Ifes, relatando que, no seminário sobre o programa, o FND foi enfático em afirmar que os institutos devem começar a realizar o Pnae, visto que a alimentação é um direito, e destaca que uma banana pode ser uma alimentação muito importante para quem não tem o que comer. Relata que o recurso deve ser usado a partir do segundo semestre, ofertando o que for possível, e que essa ação pode ser denominada como projeto-piloto. O pró-reitor Lezi questiona se deve descentralizar o recurso para os campi. O Presidente responde que sim e relata que esse tema, ou seja, a alimentação é assunto recorrente na reitoria itinerante, cujo questionamento não raro parte dos próprios servidores. Destaca que, na última reunião do Conif, foi discutida a matriz orçamentária, e decidiu-se que a rede não aceitará qualquer redução dos recursos referentes à assistência estudantil. Por isso, enfatiza a obrigação institucional de apoiar os alunos, uma vez que R\$ 1.300.000,00 é um valor considerável. Parabeniza o belo trabalho que o campus Alegre tem feito na alimentação dos alunos, pelo qual os produtores da região estão felizes com dinheiro recebido para o fornecimento de produtos. Enfatiza que há exemplos de ótima utilização do recurso, assim, acrescenta que se é possível dar uma fruta, que seja oferecida, salientando que o recurso vai ser usado. O servidor Sival solicita que cada campus designe sua própria comissão que terá o apoio da comissão do Pnae. O pró-reitor Tanurre relata que há programas locais e que podem ser referência para os campi que tenham área rural em seu município, exemplificando o programa de Barra de São Francisco. A pró-reitora Adriana sugere que a Proen elabore um memorando junto com a comissão apontando caminhos e possibilidades de utilização do recurso para o ano de 2018, o que permitirá, a partir dessas ações, criar uma estrutura institucional. O dirigente Carnielli informa que a alimentação deve ser oferecida a todos os alunos, independente de sua situação social. O dirigente Wagner acredita que a instituição estará em breve em um dilema, ou seja, ao iniciar a distribuição de frutas, cuja continuidade no ano é incerta, com o passar do tempo, haverá exigência, por parte dos alunos, de uma refeição mais elaborada, o que comprometerá o custeio. O Presidente concorda com a argumentação do dirigente Wagner, mas reitera a necessidade de se utilizar o recurso do Pnae. O dirigente Hudson manifesta sua preocupação com a negociação entre instituto e fornecedor e também com o local onde será preparado o lanche. A servidora Karina sugere utilizar a estrutura da cantina, fornecendo assim os alimentos aos alunos. O dirigente Hudson questiona se pode isentar o custo do espaço público e, em contrapartida, o usuário fornece uma refeição ao final do dia. O servidor Sival relata que há instituições fazendo ações parecidas, mas não isentando, e sim fazendo compensação. O dirigente Hudson argumenta que o contrato impede que alimentos sejam manipulados na cantina. A servidora Karina afirma que o termo de referência não previa essa situação, colocando-se a disposição para analisar o arquivo e verificar se não houve alteração. O Colégio de Dirigentes se manifesta favorável à proposta da pró-reitora Adriana e à descentralização do orçamento referente ao Pnae. O Presidente abre o **item 4** e passa a palavra para o dirigente Wagner que relata ser essa uma das ações de reestruturação do campus, visto que o CT de Administração não atende a totalidade dos anseios da comunidade, lacuna essa que será preenchida

com o CT de Agricultura. Destaca que o curso ofertará 40 vagas anuais, com previsão de início em 2019/1, apontando que o processo já tramitou na Câmara de Ensino Técnico e será apreciado pelo Cepe em 9 de julho. Acrescenta que esse curso será a base para que o campus inicie seu processo de verticalização, a partir de um segundo eixo. Informa que é um curso relativamente barato, visto que não demanda laboratórios pesados, ressaltando que o corpo docente do campus atende as necessidades do curso, visto que já há dois agrônomos, e que foi solicitado mais um a partir das vagas que o campus possui. Declara que o curso tem duração de 3 anos, na modalidade integral, com 3.200 horas e se coloca à disposição para os devidos esclarecimentos. O Presidente destaca a coerência da proposta do curso com a região em que está inserido o campus, destacando o ótimo trabalho de pesquisa realizado. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à oferta do CT em Agricultura integrado ao ensino médio campus Centro Serrano. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para a professora Lidiane que relata que o curso é o primeiro sem fomento na modalidade à distância de nível técnico do Ifes, destacando que haverá encontros presenciais, semanalmente, às terças à noite. Informa que a oferta tem previsão de início em 2018/2, com 40 vagas anuais, duração de um ano e meio, e que o processo já tramitou na Câmara de Ensino Técnico e será encaminhado ao Cepe. Enfatiza a ausência de investimento, explicando que as aquisições necessárias já foram discriminadas nas compras do Cefor, as quais já estão sendo executadas. Informa que, em junho de 2018, o laboratório de informática foi finalizado, e explica que a biblioteca tem a previsão de gastos no montante de R\$ 8.000,00, no entanto, destaca que o Cefor já conta com periódicos online, e não haverá necessidade de contratação de professores. Ao ser questionada pelo dirigente Carnielli, a professora Lidiane informa que não haverá tutores e sim professores, um para cada disciplina. O dirigente Carnielli questiona como seria a replicação desse curso nos campi. A dirigente Vanessa explica que cada turma nova, exige um tutor, desta forma, para abrir uma turma adicional, é necessário uma pessoa para assumir a carga horária, seja ela professor ou tutor. O Presidente destaca a intenção de que esse modelo de curso seja replicado nos campi. A dirigente Vanessa enfatiza a possibilidade de replicação, no entanto, destaca que a forma de oferta do curso se justifica por causa da carga horária dos professores do Cefor. Divulga a intenção de outros campi em ofertá-lo, no entanto, adverte para a necessidade de se analisar a carga horária do Cefor, e assim, a partir da similaridade de perfil com outros campi, ofertar o curso. Enfatiza a necessidade da instituição estudar a possibilidade de fomento híbrido em que, com o auxílio da Capes, pode-se pagar bolsa em campi cujos professores não possuem carga horária, e nesse caso, a Setec envia recursos via fomento externo. O dirigente Vagner questiona as razões por não alcançar um público maior, isto é, por que não mais de 40 vagas, indagando se tem relação com a regulamentação de professor a partir da quantidade de alunos que pode atender em uma sala. A dirigente Vanessa relata que essas questões são objeto de discussão há tempos no Conif, ou seja, ofertar cursos com ou sem fomento. Explica que com fomento há uma limitação de carga horária docente, pois caso haja carga horária pode-se ofertar mais vagas, por exemplo, 80. Informa que, dependendo da metodologia escolhida, um tutor pode atender muitos alunos, e nesse caso, em contrapartida, a qualidade é inferior. Enfatiza que um dos objetivos da EaD é oferecer cursos em horários alternativos, alcançando alunos que não podem estudar nos horários tradicionais. O dirigente Diemerson elogia a iniciativa do Cefor em ofertar cursos técnicos, e questiona qual é a identidade institucional do Cefor, ou seja, é um campus com alunos, é para cursos à distância, é assessoramento de outros campi, resumindo, questiona o que é o Cefor. A dirigente Vanessa informa que essa questão é muito importante porque os dirigentes novos não sabem o que é o Cefor. Por isso, acrescenta que é necessário trabalhar juntos, pois o Cefor pode apoiar os demais campi, no entanto, ressalta que esse é um assunto amplo, que será retomado nas

próximas reuniões. O Presidente informa que há muitos institutos federais ofertando 3.000 vagas com recursos próprios, e enfatiza a necessidade do Ifes se preparar para essas ofertas. A dirigente Vanessa esclarece que, às vezes, essas ofertas são de cursos Fic, e explica os que são oferecidos pelo Cefor, enfatizando que o mais importante é a possibilidade de o Cefor dar suporte para que os campi possam ofertar também. O Colégio de Dirigentes manifesta favoravelmente à oferta do CT em Mídias Didáticas concomitante ao ensino médio do Cefor. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para o dirigente Marcelo que relata que foi criada uma comissão para elaborar o regimento interno do Polo de Inovação, enfatizando que o documento se espelha em regimentos de dois polos já existentes, mas considerando as especificidades do Polo Vitória. Apresenta a portaria do MEC que criou o Polo de Inovação, destacando que, a partir da estrutura do ifes, ele se insere como uma unidade institucional. Destaca os objetivos, explicando o processo de indicação do diretor, apresenta a organização, detalhando os aspectos principais do regimento interno. A dirigente Vanessa questiona se a escolha para diretor é aberta a qualquer servidor público e não apenas aos do Ifes. O dirigente Marcelo Lucas responde que, a princípio, sim, mas que o Conselho Superior pode colocar restrição para apenas servidores do Ifes. Ao ser questionado pelo dirigente Vagner sobre a estrutura administrativa, o dirigente Marcelo Lucas explica que a estrutura do polo já veio montada. O Presidente acrescenta que, caso o Polo de Inovação deixe de existir, as CD's e FG's retornam ao MEC. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente ao Regimento Interno do Polo de Inovação Vitória. A dirigente Vanessa relata que já iniciou os trabalhos com os Nte's, com apoio local nos campi para o uso de tecnologias educacionais, enfatizando tanto a elaboração de uma minuta quanto a indicação de se trabalhar com novos campi, a partir de um teste piloto. Assim, solicita que os diretores-gerais dos campi Vila Velha, Vitória, Guarapari, Serra, Centro Serrano, Barra de São Francisco, Viana e Montanha emitam as portarias de designação de comissão para o início dos trabalhos. Manifesta a intenção de se fazer uma experiência de 6 meses, e depois, implementar em todos os campi, destacando que o servidor Elton fará o disparo para os campi. O dirigente Hudson solicita que, quando houver a publicação de portaria de aposentadoria, que o período seja programado e se concilie com o fim do período letivo, destacando que a Ufes trabalha desta forma. O diretor Wallace relata que a Ufes faz portarias mensais, mas destaca que o Ifes pode fazer programações como a solicitada pelo dirigente Hudson, ou seja, mensais ou semestrais. O dirigente Hudson solicita que sejam fornecidas maiores explicações sobre a portaria nº 193 para que os campi não sejam surpreendidos. O diretor Wallace explica que as remoções destacadas nessa portaria acontecerão entre órgãos e não entre campi. O Presidente solicita que informações sobre a portaria 193 sejam item de pauta para a próxima reunião do Colégio de Dirigentes. Nada mais a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.